



Câmara Municipal

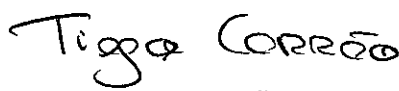
Reunião pública do Executivo Municipal, a realizar no dia 10 de agosto de 2026, pelas 14h30

ORDEM DO DIA

- **BALANCETE**
- **PRESIDÊNCIA:**
 - **PROPOSTAS DOS VEREADORES DO PARTIDO SOCIALISTA**
 - **INFORMAÇÕES DO PRESIDENTE**
- **SERVIÇO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL**
- **CORPO DE BOMBEIROS DO MUNICÍPIO DE TOMAR**
- **DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E ECONÓMICO:**
 - **DIVISÃO DE ASSOCIATIVISMO, DESPORTO E JUVENTUDE**
 - **DIVISÃO DE COESÃO SOCIAL E SAÚDE**
 - **DIVISÃO DE CULTURA**
 - **DIVISÃO DE ECONOMIA, EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO**
 - **DIVISÃO DE EDUCAÇÃO**
 - **DIVISÃO DE HABITAÇÃO**
- **DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS, INFRAESTRUTURAS E AMBIENTE:**
 - **DIVISÃO DE AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE:**
 - **UNIDADE DE BEM-ESTAR ANIMAL E FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA:**
- **DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS PARTILHADOS:**
 - **DIVISÃO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA**
 - **UNIDADE DE ADMINISTRAÇÃO GERAL**
- **DEPARTAMENTO DE URBANISMO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL:**
 - **DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA**

Tomar, 5 de agosto de 2026

O Presidente da Câmara Municipal


Tiago Carrão



Câmara Municipal

7

Ordem do Dia

Data: 2026-08-10

Início: 14h30

Local: Cidade de Tomar, no Salão Nobre do edifício dos Paços do Concelho

PRESIDÊNCIA:

PROPOSTAS DOS VEREADORES DO PARTIDO SOCIALISTA:

N.º 01 – CRIAÇÃO DE AGENDA ANUAL DAS FESTAS E ROMARIAS DAS ALDEIAS DO CONCELHO DE TOMAR (28/PPRC/PR/2026 - 6/ORGFUN/PR/2026)

Proposta de Deliberação do Presidente submetendo a apreciação do Executivo Municipal a proposta apresentada pelos Vereadores do Partido Socialista visando a criação de uma Agenda Anual das Festas e Romarias das Aldeias do Concelho de Tomar.

Proposta de Deliberação: apreciação e votação.

N.º 02 – CRIAÇÃO DO COPO REUTILIZÁVEL "TOMAR" (29/PPRC/PR/2026 - 6/ORGFUN/PR/2026)

Proposta de Deliberação do Presidente submetendo a apreciação do Executivo Municipal a proposta apresentada pelos Vereadores do Partido Socialista visando o desenvolvimento de um modelo oficial de copo reutilizável "Tomar", com identidade gráfica própria, incorporando a marca do Município e elementos representativos do património histórico, cultural e natural do concelho.

Proposta de Deliberação: apreciação e votação.

INFORMAÇÕES DO PRESIDENTE:

N.º 03 – MOÇÕES APROVADAS PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TOMAR (55/PGEN/PR/2026 - 6/ENTEXT/PR/2013)

Proposta do Presidente submetendo a apreciação do Executivo Municipal as Moções aprovadas pela Assembleia Municipal, na sessão ordinária realizada a 29 de junho de 2026.

Proposta: tomar conhecimento.

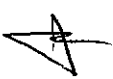
N.º 04 – COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DELEGADAS POR DELIBERAÇÃO DE 7 DE NOVEMBRO DE 2025 (88/PGEN/DAJA/2026 - 11/ORGFUN/PR/2013)

Proposta do Presidente referente aos despachos efetuados no uso das competências delegadas pela Câmara Municipal, por deliberação de 7 de novembro de 2025.

Proposta: tomar conhecimento.



Câmara Municipal



CORPO DE BOMBEIROS DO MUNICÍPIO DE TOMAR:

N.º 05 – TERMO DA COMISSÃO DE SERVIÇO DO 2.º COMANDANTE ANDRÉ MONTEIRO (830/PGEN/DPC/2026)

Proposta de Deliberação do Presidente referente à informação n.º 1039/DPC/2026, submetendo a aprovação do Executivo Municipal, pelos fundamentos apresentados, a atribuição definitiva do capacete de incêndios estruturais ao 2.º Comandante André Monteiro, como forma de reconhecimento pelos relevantes serviços prestados ao Corpo de Bombeiros e ao Município.

Proposta de Deliberação: nos termos da proposta.

SERVIÇO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL:

N.º 06 – SERVIÇO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL E GABINETE TÉCNICO FLORESTAL– atividade operacional no ano de 2026 (845/PGEN/DPC/2026)

Proposta do Presidente submetendo a apreciação do Executivo Municipal informação relativa à atividade operacional do Serviço Municipal de Proteção Civil e do Gabinete Técnico Florestal no mês de julho.

Proposta: tomar conhecimento.

N.º 07 – KITS DE PRIMEIRA INTERVENÇÃO (769/PGEN/DPC/2026)

Proposta do Presidente submetendo a apreciação do Executivo Municipal a informação n.º 1014/DPC/2026, relativa à cedência de kits de primeira intervenção à União das Freguesias de Tomar (São João Baptista) e Santa Maria dos Olivais, à União das Freguesias de Madalena e Beselga e à Freguesia de Junceira, no âmbito do Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Rurais (DECIR), reforçando a capacidade de vigilância e de primeira intervenção no território.

Proposta: tomar conhecimento.

DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E ECONÓMICO:

DIVISÃO DE ASSOCIATIVISMO, DESPORTO E JUVENTUDE:

N.º 08 – UTILIZAÇÃO DO AUTOCARRO MUNICIPAL – Centro Cultural e Desportivo dos Funcionários da Câmara Municipal de Tomar (4539/ENTE/DAJA/2026)

Proposta de Deliberação do Presidente submetendo a ratificação do Executivo Municipal o despacho que, na sequência da informação n.º 1275/DADJ/2026, autorizou a cedência do autocarro municipal, no dia 10 de agosto, para atividade do Centro Cultural e Desportivo dos Funcionários da Câmara Municipal de Tomar, com o custo estimado de 637,00€ (seiscentos e trinta e sete euros), e pagamento de eventuais portagens a cargo da entidade.

Proposta de Deliberação: ratificar o despacho n.º 333/DADJ/2026, de 29 de julho, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.



Câmara Municipal



N.º 09 – UTILIZAÇÃO DO AUTOCARRO MUNICIPAL – Junta de Freguesia de São Pedro de Tomar (4398/ENTE/DAJA/2026 - 233/VIATEQ/DOM/2013)

Proposta de Deliberação do Presidente submetendo a aprovação do Executivo Municipal a cedência do autocarro municipal, no dia 13 de agosto, para atividade da Junta de Freguesia de São Pedro de Tomar, com o custo estimado de 588,00€ (quinhentos e oitenta e oito euros), e pagamento de eventuais portagens a cargo da entidade, pelos fundamentos apresentados na informação n.º 1273/DADJ/2026.

Proposta de Deliberação: ceder o autocarro municipal com pagamento de eventuais portagens a cargo da entidade.

N.º 10 – UTILIZAÇÃO DO AUTOCARRO MUNICIPAL – Junta de Freguesia de Paialvo (27/AEXT/DADJ/2026)

Proposta de Deliberação do Presidente submetendo a aprovação do Executivo Municipal a cedência do autocarro municipal, no dia 27 de agosto, para atividade da Junta de Freguesia de Paialvo, com o custo estimado de 662,00€ (seiscentos e sessenta e dois euros), e pagamento de eventuais portagens a cargo da entidade, pelos fundamentos apresentados na informação n.º 1270/DADJ/2026.

Proposta de Deliberação: ceder o autocarro municipal com pagamento de eventuais portagens a cargo da entidade.

N.º 11 – UTILIZAÇÃO DO AUTOCARRO MUNICIPAL – Junta de Freguesia de São Pedro de Tomar (4492/ENTE/DAJA/2026)

Proposta de Deliberação do Presidente submetendo a aprovação do Executivo Municipal a cedência do autocarro municipal, no dia 28 de agosto, para atividade da Junta de Freguesia de São Pedro de Tomar, com o custo estimado de 588,00€ (quinhentos e oitenta e oito euros), e pagamento de eventuais portagens a cargo da entidade, pelos fundamentos apresentados na informação n.º 1274/DADJ/2026.

Proposta de Deliberação: ceder o autocarro municipal com pagamento de eventuais portagens a cargo da entidade.

N.º 12 – APOIO À INICIATIVA JUNT'ANIMA 2026 (224/ENTE/DAJA/2026)

Proposta de Deliberação do Presidente submetendo a ratificação do Executivo Municipal o despacho que, na sequência da informação n.º 2609/DTC/2026, autorizou o apoio à iniciativa Junt'Anima, promovida pela Junta da União das Freguesias de Tomar (São João Baptista) e Santa Maria dos Olivais, no período de 3 de agosto a 4 de setembro.

Proposta de Deliberação: ratificar o despacho n.º 1041/DTC/2026, de 28 de julho, no que se refere à isenção do pagamento dos preços de utilização do Pavilhão Municipal Patrícia Sampaio e da Piscina Municipal Vasco Jacob, no valor total estimado de 547,77€ (quinhentos e quarenta e sete euros e setenta e sete cêntimos) e à cedência do autocarro municipal, com o custo estimado de 2.575,00€ (dois mil, quinhentos e setenta e cinco euros), ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.



Câmara Municipal

N.º 13 – DIA INTERNACIONAL DA JUVENTUDE – entrada gratuita na Piscina Municipal Vasco Jacob para utilizadores com idade até 35 anos, inclusive (3/EVAT/DADJ/2026)

Proposta de Deliberação da Vereadora Sandra Cardoso submetendo a aprovação do Executivo Municipal a suspensão da cobrança do preço de utilização da Piscina Municipal Vasco Jacob, no dia 12 de agosto de 2026, no âmbito da comemoração do Dia Internacional da Juventude, nos termos e fundamentos da informação n.º 1305/DADJ/2026.

Proposta de Deliberação: autorizar a suspensão da cobrança do preço de entrada na Piscina Municipal Vasco Jacob, no dia 12 de agosto de 2026, entre as 10h00 e as 19h00, para utilizadores com idade até 35 anos, inclusive, a comprovar no momento do acesso, por exibição de documento de identificação, no âmbito da comemoração do Dia Internacional da Juventude.

DIVISÃO DE COESÃO SOCIAL E SAÚDE:

N.º 14 – PROMOÇÃO DA AUTONOMIA, ENVELHECIMENTO ATIVO E LONGEVIDADE - NOMEAÇÃO DO GESTOR 60+ (19/ESPP/DEISA/2025)

Proposta da Vereadora Célia Bonet submetendo a apreciação do Executivo Municipal a informação n.º 1199/DEISA/2026 relativa à nomeação da Técnica Maria João Soares Valente, do Centro de Assistência Social de Tomar, como Gestora 60+, no âmbito do Contrato Local de Desenvolvimento Social de 5.ª Geração (CLDS-5G) de Tomar.

Proposta: tomar conhecimento.

DIVISÃO DE CULTURA:

N.º 15 – DOAÇÃO DE CAIXA DE FÓSFOROS PARA O MUSEU DOS FÓSFOROS – COLEÇÃO VISITÁVEL (198/PGEN/DTC/2026 - 9/ESPEQ/DTC/2014)

Proposta de Deliberação do Presidente referente à informação n.º 2569/DTC/2026, submetendo a aprovação do Executivo Municipal, pelos fundamentos apresentados, a aceitação de caixa de fósforos alemã que Fernando Montenegro pretende doar ao Museu dos Fósforos - coleção visitável, cujo valor se desconhece.

Proposta de Deliberação: aceitar a doação, ao abrigo da alínea j) do n.º 1 do artigo 33.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.



Câmara Municipal



DIVISÃO DE ECONOMIA, EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO:

N.º 16 – ELABORAÇÃO DO REGULAMENTO DE ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA FEIRA SEMANAL DE TOMAR– início do procedimento (131/PGEN/GELS/2026 - 1/DIVER/GELS/2026)

Proposta de Deliberação do Vereador Samuel Fontes submetendo a aprovação do Executivo Municipal o início do procedimento de elaboração do Regulamento de Organização e Funcionamento da Feira Semanal de Tomar, nos termos e fundamentos da informação n.º 466/GELS/2026.

Proposta de Deliberação: dar início ao procedimento de elaboração do Regulamento de Organização e Funcionamento da Feira Semanal de Tomar, nos termos das disposições da alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do n.º 1 do artigo 98.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, na sua atual redação;

Determinar que possam constituir-se como interessados no presente procedimento, no prazo de 10 dias a contar da publicação do Edital que publicite o respetivo início, todos aqueles que, nos termos do n.º 1 do artigo 68.º do CPA, sejam titulares de direitos, interesses legalmente protegidos, deveres, encargos, ónus ou sujeições no âmbito das decisões que nele forem ou possam ser tomadas, bem como as associações representativas de interesses coletivos ou que procedam à defesa coletiva de interesses individuais dos seus associados, desde que enquadrados nos respetivos fins estatutários;

Permitir que os interessados apresentem os seus contributos no prazo de 10 dias, a contar do termo do prazo referido na alínea anterior, mediante comunicação escrita dirigida ao Presidente da Câmara Municipal de Tomar (a enviar por correio registado para a morada Praça da República, 2300-550 Tomar, ou através de correio eletrónico, para economialocal@cm-tomar.pt, ou entregue presencialmente na Entrada de Expediente do Edifício dos Paços do Concelho, na mesma morada, em carta fechada, com identificação do subscritor e indicação do conteúdo), da qual deverão constar nome completo, morada ou sede, profissão e número de identificação fiscal do interessado e, sempre que possível, o endereço de correio eletrónico, devendo ser prestado consentimento para a sua utilização para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 1 do artigo 112.º do referido CPA;

Delegar o poder de direção do procedimento na Dr.ª Diva Cobra, nos termos do artigo 55.º do CPA.



Câmara Municipal



N.º 17 – ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO MERCADO MUNICIPAL DE TOMAR– início do procedimento (130/PGEN/GELS/2026 - 1/DIVER/GELS/2026)

Proposta de Deliberação do Vereador Samuel Fontes submetendo a aprovação do Executivo Municipal o início do procedimento de alteração ao Regulamento Organização e Funcionamento do Mercado Municipal de Tomar, nos termos e fundamentos da informação n.º 465/GELS/2026.

Proposta de Deliberação: dar início ao procedimento de alteração ao Regulamento Organização e Funcionamento do Mercado Municipal de Tomar, nos termos das disposições da alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do n.º 1 do artigo 98.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, na sua atual redação;

Determinar que possam constituir-se como interessados no presente procedimento, no prazo de 10 dias a contar da publicação do Edital que publicite o respetivo início, todos aqueles que, nos termos do n.º 1 do artigo 68.º do CPA, sejam titulares de direitos, interesses legalmente protegidos, deveres, encargos, ónus ou sujeições no âmbito das decisões que nele forem ou possam ser tomadas, bem como as associações representativas de interesses coletivos ou que procedam à defesa coletiva de interesses individuais dos seus associados, desde que enquadrados nos respetivos fins estatutários;

Permitir que os interessados apresentem os seus contributos no prazo de 10 dias, a contar do termo do prazo referido na alínea anterior, mediante comunicação escrita dirigida ao Presidente da Câmara Municipal de Tomar (a enviar por correio registado para a morada Praça da República, 2300-550 Tomar, ou através de correio eletrónico, para economialocal@cm-tomar.pt, ou entregue presencialmente na Entrada de Expediente do Edifício dos Paços do Concelho, na mesma morada, em carta fechada, com identificação do subscritor e indicação do conteúdo), da qual deverão constar nome completo, morada ou sede, profissão e número de identificação fiscal do interessado e, sempre que possível, o endereço de correio eletrónico, devendo ser prestado consentimento para a sua utilização para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 1 do artigo 112.º do referido CPA;

Delegar o poder de direção do procedimento na Dr.ª Diva Cobra, nos termos do artigo 55.º do CPA.

DIVISÃO DE EDUCAÇÃO:

N.º 18 – CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE TOMAR (68/ESPP/DEISA/2026)

Proposta do Presidente submetendo a apreciação do Executivo Municipal a informação n.º 2684/DTC/2026, e documentos que referencia, relativos à reunião ordinária do Conselho Municipal de Educação de Tomar, realizada a 21 de julho de 2026, e aos assuntos nela apreciados e deliberados.

Proposta: tomar conhecimento.



Câmara Municipal



DIVISÃO DE HABITAÇÃO:

N.º 19 – ATRIBUIÇÃO DA HABITAÇÃO MUNICIPAL SITA NA RUA DA SABOARIA, N.º 14, 1.º ANDAR, EM REGIME DE ARRENDAMENTO APOIADO (295/ENTE/DAJA/2024)

Proposta de Deliberação do Presidente submetendo a aprovação do Executivo Municipal a atribuição de habitação municipal sita na Rua da Saboaria, n.º 14, 1.º andar, ao abrigo do regime excecional previsto no artigo 9.º do Regulamento de Acesso, Atribuição e Utilização das Habitações Municipais no Regime de Arrendamento Apoiado, e no artigo 14.º da Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, pelos fundamentos apresentados na informação n.º 2669/DTC/2026.

Proposta de Deliberação: atribuir ao agregado familiar identificado a habitação municipal de tipologia T1, sita na Rua da Saboaria, n.º 14, 1.º andar, ao abrigo do regime excecional previsto no artigo 9.º do Regulamento de Acesso, Atribuição e Utilização das Habitações Municipais no Regime de Arrendamento Apoiado, e no artigo 14.º da Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro;

Fixar o prazo de vigência do contrato em um ano, a contar da data da sua celebração, ao abrigo da faculdade prevista no n.º 2 do referido artigo 9.º, e condicionar eventual renovação à realização, previamente ao seu termo, de avaliação técnica e socioeconómica da situação do agregado, a cargo da Divisão de Habitação;

Determinar que o valor da renda seja calculado nos termos do artigo 20.º, mediante comprovação dos rendimentos do agregado, sem prejuízo do valor mínimo legalmente fixado.

N.º 20 – CONCURSO PARA ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO MUNICIPAL AO ARRENDAMENTO HABITACIONAL (69/PGEN/DEISA/2026)

Proposta de Deliberação do Presidente submetendo a apreciação do Executivo Municipal, na sequência da deliberação tomada a 18 de maio, o Relatório da Comissão de Análise das candidaturas para atribuição de subsídio municipal ao arrendamento habitacional, e respetivos Anexos I e II, pelos fundamentos apresentados na informação n.º 2676/DTC/2026.

Proposta de Deliberação: aprovar, nos termos do artigo 9.º do programa de concurso para atribuição de subsídio municipal ao arrendamento habitacional:

- a atribuição do Subsídio Municipal ao Arrendamento Habitacional às candidaturas admitidas constantes do Anexo I ao Relatório da Comissão de Análise, nos montantes e escalões aí identificados, correspondendo a um encargo mensal global de 1.650,00€ e a um encargo anual global de 19.800,00€;
- a exclusão das candidaturas constantes do Anexo II, com os fundamentos nele expressamente indicados;

Notificar os candidatos admitidos e excluídos nos termos do artigo 11.º do programa de concurso.



Câmara Municipal



DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS, INFRAESTRUTURAS E AMBIENTE:

DIVISÃO DE AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE:

- UNIDADE DE BEM-ESTAR ANIMAL E FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA:

N.º 21 – CENTRO DE RECOLHA OFICIAL – dados estatísticos referentes ao ano de 2026 (104/PGEN/GMV/2026)

Proposta do Vereador Samuel Fontes submetendo a apreciação do Executivo Municipal os dados estatísticos do Centro de Recolha Oficial relativos ao mês de julho, elaborados pela Unidade de Bem-Estar Animal e Fiscalização Sanitária.

Proposta: tomar conhecimento.

DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS PARTILHADOS:

DIVISÃO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA:

N.º 22 – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE GÁS (150/CPUB/DF/2026)

Proposta de Deliberação do Presidente referente à informação n.º 2538/DF/2026, submetendo a aprovação do Executivo Municipal o início de procedimento de contratação pública para aquisição de serviços de fornecimento e distribuição de gás, com o valor previsto da despesa de 888.525,00€ (oitocentos e oitenta e oito mil, quinhentos e vinte cinco euros), acrescido de IVA, nos termos e fundamentos da informação n.º 2532/DF/2026.

Proposta de Deliberação: aprovar a realização de um procedimento de consulta prévia ao abrigo do acordo quadro CPCC/13/2024, as peças do procedimento e a realização da despesa correspondente;

Aprovar as entidades a convidar: Petrogal, S.A.; Repsol Gás Portugal, Unipessoal Lda; EDP Comercial - Comercialização de Energia, S.A.; OZ Energia Gás, S.A.; Goldenergy - Comercializadora de Energia S.A.; ENDESA ENERGIA S.A. - SUCURSAL PORTUGAL; RUBIS ENERGIA PORTUGAL, S.A.; DOUROGÁS NATURAL- COMÉRCIO DE GÁS NATURAL E ENERGIA, S.A. e Sociedade Distribuidora de Gás - Agostinhos de Santarém, Lda;

Designar o júri para condução do procedimento constituído por: Membros efetivos: Sónia Bastos (presidente), Susana Henriques e Natércia Luiz; Membros suplentes: Sandra Vieira e Sandra Silva;

Delegar competências no Júri para a condução do procedimento, designadamente no que se refere aos esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças e à análise da(s) lista(s) de erros e omissões das peças do procedimento identificados pelos interessados.



Câmara Municipal

N.º 23 - EMPREITADA DE CONCEÇÃO-CONSTRUÇÃO DOS EDIFÍCIOS PARA HABITAÇÃO A EDIFICAR NA TRAVESSA DR. GIL MARTINS - CHOROMELA – terceiro adicional ao contrato (214/EMPR/DOM/2026 - 58/CONPUB/DOM/2024)

Proposta de Deliberação do Presidente referente à informação n.º 2511/DF/2026, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a minuta do terceiro adicional ao contrato de empreitada de conceção-construção dos edifícios para habitação a edificar na Travessa Dr. Gil Martins – Choromela, na sequência da deliberação tomada a 27 de julho, que aprovou os respetivos trabalhos complementares.

Proposta de Deliberação: aprovar a minuta do terceiro adicional ao contrato de empreitada de conceção-construção dos edifícios para habitação a edificar na Travessa Dr. Gil Martins – Choromela, n.º 2026_087, nos seus exatos termos, ao abrigo do disposto no artigo 36.º do Código dos Contratos Públicos, conjugado com a alínea b) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de junho.

UNIDADE DE ADMINISTRAÇÃO GERAL:

N.º 24 – FILMAGENS PARA PROGRAMA TELEVISIVO– isenção de taxas (4573/ENTE/DAJA/2026 - 4/AUTLIC/DAJA/2026)

Proposta de Deliberação do Presidente submetendo a aprovação do Executivo Municipal, pelos fundamentos apresentados, a isenção das taxas devidas pela autorização para realizar filmagens no espaço público, para o programa Casados à Primeira Vista, no dia 31 de julho, requerida pela Shine Iberia Portugal, nos termos da informação n.º 3175/DAJA/2026.

Proposta de Deliberação: considerando que a iniciativa poderá revestir manifesto e relevante interesse municipal, face à promoção do concelho através da divulgação televisiva do programa, isentar as taxas, no valor de 25,10€ (vinte cinco euros e dez cêntimos), ao abrigo do n.º 11 do artigo 10.º do regulamento municipal de taxas administrativas e urbanísticas de Tomar.

N.º 25 – INSPEÇÃO PERIÓDICA DE ELEVADOR – isenção parcial de taxas (4396/ENTE/DAJA/2026 - 54/ASCEN/DAAOA/2013)

Proposta de Deliberação da Vereadora Célia Bonet submetendo a aprovação do Executivo Municipal a isenção parcial das taxas aplicáveis à inspeção periódica dos elevadores EL/CMT/173 e EL/CMT/173A, instalados em edifício da Santa Casa da Misericórdia de Tomar, nos termos e fundamentos da informação n.º 2950/DAJA/2026.

Proposta de Deliberação: aprovar a isenção parcial das taxas, no montante global de 271,02€ (duzentos e setenta e um euros e dois cêntimos), ao abrigo do n.º 1 do artigo 10.º do regulamento municipal de taxas administrativas e urbanísticas de Tomar.



Câmara Municipal

N.º 26 – LICENCIAMENTO DE PUBLICIDADE OCASIONAL – Sport Club Operário Cem Soldos (48/PUBO/DAJA/2026 - 1/PUBLI/DAJA/2026)

Proposta de Deliberação do Presidente submetendo a ratificação do Executivo Municipal o despacho que autorizou a distribuição de publicidade alusiva ao Festival Bons Sons 2026, no período de 22 de julho a 6 de agosto, nos termos e fundamentos da informação n.º 3052/DAJA/2026.

Proposta de Deliberação: ratificar o despacho n.º 1243/DAJA/2026, de 24 de julho, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

N.º 27 – LICENCIAMENTO DE PUBLICIDADE OCASIONAL – Centro de Convívio e Cultura das Barreiras (51/PUBO/DAJA/2026 - 1/PUBLI/DAJA/2026)

Proposta de Deliberação do Presidente submetendo a ratificação do Executivo Municipal o despacho que autorizou a distribuição de publicidade alusiva à festa anual em honra de Santa Luzia, em Barreiras, no período de 1 a 19 de agosto, nos termos e fundamentos da informação n.º 3143/DAJA/2026.

Proposta de Deliberação: ratificar o despacho n.º 1266/DAJA/2026, de 29 de julho, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

DEPARTAMENTO DE URBANISMO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL:

DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA:

N.º 28 – RETIFICAÇÃO DE CERTIFICAÇÃO DE DESTAQUE – José Manuel da Conceição Pinhão e Francelina Arsénio dos Santos Pinhão (268/ECER/DGT/2026 - 267/EDIF/DGT/2026)

Proposta de Deliberação da Vereadora Sandra Cardoso submetendo ao Executivo Municipal o indeferimento do pedido de retificação da certificação de destaque emitida no âmbito do processo 489/EDIF/DGT/2023, que incidiu sobre o prédio misto sito em Pesqueira, União das Freguesias de Casais e Alviobeira, descrito na CRP de Tomar sob o n.º 5154/20091109, requerida por José Manuel da Conceição Pinhão e Francelina Arsénio dos Santos Pinhão, nos termos e fundamentos das informações n.º 13731/DGT/2026 e n.º 13857/DGT/2026.

Proposta de Deliberação: não autorizar a retificação requerida, ao abrigo do n.º 9 do artigo 6.º do regime jurídico da urbanização e edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação, pelos fundamentos apresentados na informação n.º 13731/DGT/2026, designadamente por se verificar que o somatório das áreas agora pretendidas não representa a área total que consubstanciou o destaque aprovado inicialmente e que se pretende retificar, e por se verificar assim que o prédio sofreu alterações para além das áreas do destaque certificado;

Mandar promover a audiência prévia dos requerentes, pelo prazo de 15 dias úteis, findo o qual, na ausência de pronúncia, se considera o indeferimento definitivo.



Câmara Municipal

N.º 29 – CERTIFICAÇÃO DE DESTAQUE – António Conceição Leal – Cabeça de Casal da Herança de (517/JUEL/DGT/2026 - 464/EDIF/DGT/2023)

Proposta de Deliberação da Vereadora Sandra Cardoso submetendo ao Executivo Municipal o deferimento do pedido de certificação de destaque de parcela de terreno com 2.012,00 m², a destacar do prédio rústico sito em Carvalhal Grande, União das Freguesias de Madalena e Beselga, descrito na CRP de Tomar sob o n.º 1644/19400409, requerida por António Conceição Leal – Cabeça de Casal da Herança de, nos termos e fundamentos das informações n.º 13693/DGT/2026 e n.º 13722/DGT/2026.

Proposta de Deliberação: autorizar a certificação de destaque, com os condicionamentos descritos no ponto 3 da informação n.º 13693/DGT/2026 e na informação n.º 13722/DGT/2026, ao abrigo do n.º 9 do artigo 6.º do regime jurídico da urbanização e edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação.

N.º 30 – CERTIFICAÇÃO DE DESTAQUE – Maria Rosa da Silva - Cabeça de Casal da Herança de (508/JUEL/DGT/2026 - 300/EDIF/DGT/2025)

Proposta de Deliberação da Vereadora Sandra Cardoso submetendo ao Executivo Municipal o deferimento do pedido de certificação de destaque de parcela de terreno com 7.840,00 m², a destacar do prédio misto sito em Venda Nova, União das Freguesias de Casais e Alviobeira, descrito na CRP de Tomar sob o n.º 1914/19931001, requerida por Maria Rosa da Silva - Cabeça de Casal da Herança de, nos termos e fundamentos das informações n.º 13441/DGT/2026 e n.º 13450/DGT/2026.

Proposta de Deliberação: autorizar a certificação de destaque, com os condicionamentos descritos no ponto 3 da informação n.º 13441/DGT/2026, ao abrigo do n.º 9 do artigo 6.º do regime jurídico da urbanização e edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação.

N.º 31 – CERTIFICAÇÃO DE DESTAQUE – Alfredo Ribeiro Nunes José e Célia Marta da Graça Maria Ribeiro (251/JUEL/DGT/2026- 540/EDIF/DGT/2025)

Proposta de Deliberação da Vereadora Sandra Cardoso submetendo ao Executivo Municipal, na sequência da deliberação tomada a 23 de março e da pronúncia do requerente, em sede de audiência prévia, o indeferimento em definitivo do pedido de certificação de destaque de parcela de terreno com 3.420,00 m², a destacar do prédio misto sito em Casal das Amendoeiras, União das Freguesias de Madalena e Beselga, descrito na CRP de Tomar sob o n.º 4379/20131030, requerida por Alfredo Ribeiro Nunes José e Célia Marta da Graça Maria Ribeiro, nos termos e fundamentos das informações n.º 8174/DGT/2026 e n.º 13719/DGT/2026.

Proposta de Deliberação: não autorizar, em definitivo, a certificação de destaque, ao abrigo do n.º 9 do artigo 6.º do regime jurídico da urbanização e edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação, por não se mostrarem cumpridos os requisitos cumulativos previstos no n.º 5 do referido artigo 6.º.



Câmara Municipal

N.º 32 – CERTIFICAÇÃO DE DESTAQUE – Isabel Maria Rosa Vidal Sousa e José Manuel de Azevedo Domingos (294/ECER/DGT/2026 - 300/EDIF/DGT/2026)

Proposta de Deliberação da Vereadora Sandra Cardoso submetendo ao Executivo Municipal o deferimento do pedido de certificação de destaque de parcela de terreno com 888,90 m², a destacar do prédio rústico sito em Casal Valongo, União das Freguesias de Madalena e Beselga, descrito na CRP de Tomar sob o n.º 6086/20260313, requerida por Isabel Maria Rosa Vidal Sousa e José Manuel de Azevedo Domingos, nos termos e fundamentos das informações n.º 13850/DGT/2026 e n.º 13941/DGT/2026.

Proposta de Deliberação: autorizar a certificação de destaque, com os condicionamentos descritos nos pontos 7.1. a 7.4. da informação n.º 13850/DGT/2026, ao abrigo do n.º 9 do artigo 6.º do regime jurídico da urbanização e edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação.

N.º 33 – LICENCIAMENTO DE CONSTRUÇÕES – isenção de taxas (303/RJUE/DGT/2025 - 566/EDIF/DGT/2025)

Proposta de Deliberação da Vereadora Sandra Cardoso referente ao processo n.º 566/EDIF/DGT/2025, em que é requerente a Fábrica da Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Conceição de Sabacheira, submetendo a aprovação do Executivo Municipal o pedido de isenção das taxas devidas no âmbito do licenciamento de obras de ampliação de capela sita na Rua da Capela, Serra do Meio, Freguesia de Sabacheira, calculadas em 900,14€ (novecentos euros e catorze cêntimos), nos termos e fundamentos da informação n.º 13609/DGT/2026.

Proposta de Deliberação: isentar as taxas, ao abrigo da alínea a) do n.º 7 do artigo 10.º do regulamento municipal de taxas administrativas e urbanísticas de Tomar e do n.º 3 do artigo 44.º do regulamento municipal de urbanização e edificação e de taxas urbanísticas do Município de Tomar.

N.º 34 – LICENCIAMENTO DE CONSTRUÇÕES – Declaração de Caducidade (214/EALV/DGT/2018 - 7/EDIF/DGT/2018)

Proposta de Deliberação da Vereadora Sandra Cardoso referente ao processo n.º 7/EDIF/DGT/2018, em que é requerente Hugo Alexandre Godinho Pereira Nunes, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a revogação da deliberação de 20 de abril de 2026, que declarou a caducidade do licenciamento para construção de muro de suporte de terras, em Casal das Sortes, Freguesia de Carregueiros, pelos fundamentos apresentados na informação n.º 12576/DGT/2026 e parecer n.º 287/DGT/2026.

Proposta de Deliberação: revogar a deliberação de 20 de abril de 2026.



Câmara Municipal



N.º 35 – LICENCIAMENTO DE CONSTRUÇÕES E CERTIFICAÇÃO PARA CONSTITUIÇÃO DE PROPRIEDADE HORIZONTAL (78/JUEL/DGT/2026 - 340/EDIF/DGT/2023)

Proposta de Deliberação da Vereadora Sandra Cardoso referente ao processo n.º 340/EDIF/DGT/2023, em que é requerente Manuel Rodrigues, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a revogação da deliberação de 29 de dezembro de 2025, que declarou a caducidade do ato que aprovou o projeto de arquitetura para a legalização da construção de habitação bifamiliar, e construção de muro de vedação confinante com a via pública, na rua da Escola, em Cabeças, União das Freguesias de Tomar (São João Baptista) e Santa Maria dos Olivais, bem como a certificação para constituição de propriedade horizontal, pelos fundamentos apresentados no parecer n.º 302/DGT/2026.

Proposta de Deliberação: revogar a deliberação de 29 de dezembro de 2025;

Autorizar a certificação de que o edifício satisfaz os requisitos legais para a sua constituição em regime de propriedade horizontal, ao abrigo do n.º 3 do artigo 66.º do regime jurídico da urbanização e edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação.